

negócios

negocios.pt

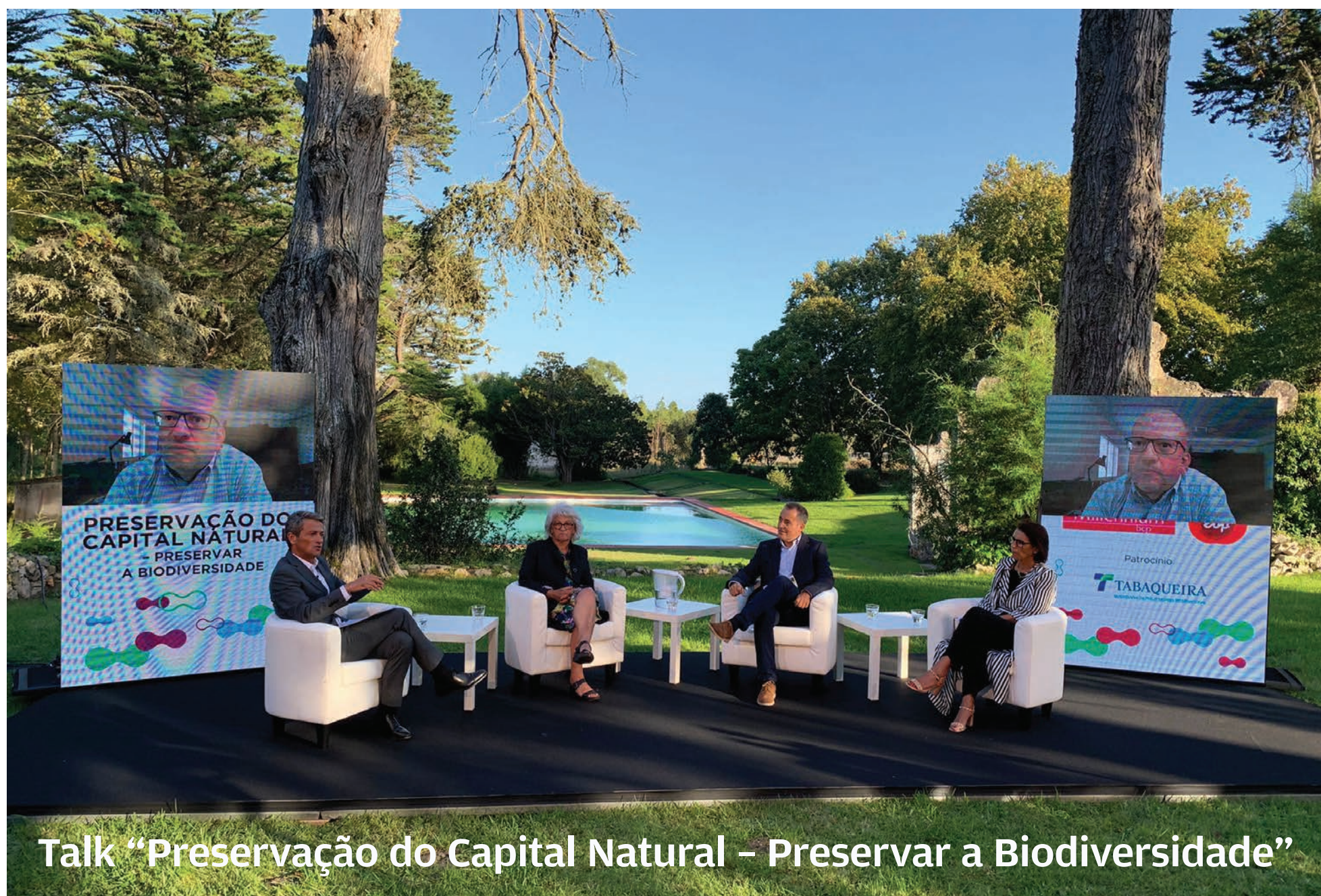
iniciativas

Este suplemento faz parte integrante do Jornal de Negócios n.º 4588, de 27 de setembro de 2021, e não pode ser vendido separadamente.

Sustentabilidade

20|30

- € Quanto vale o capital natural de um país?
- € Só 13,2% dos oceanos estão intactos
- € PIB deve integrar o capital natural



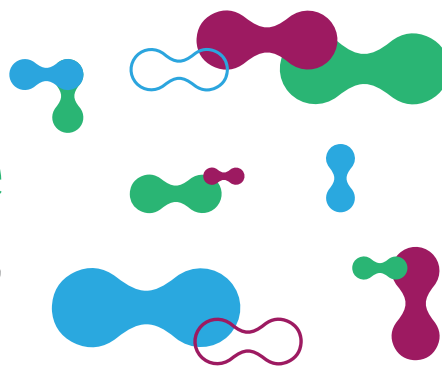
Talk “Preservação do Capital Natural – Preservar a Biodiversidade”

negócios

Sustentabilidade

20 30

Saiba mais em sustentabilidade.negocios.pt



Patrocínio Fundador

Millennium
bcp



Patrocínio

TABAQUEIRA
SUBSIDIÁRIA DA PHILIP MORRIS INTERNATIONAL

Apoio

Allianz | altri | Capgemini | engineering | CONTINENTE

CG | EGF | Jeep | SAP | pontoverde

Alto Patrocínio

COM O ALTO PATROCÍNIO DE SUA EXCELÊNCIA
O Presidente da República

Organização

18 negócios
anos Tem as respostas.

NEGÓCIOS INICIATIVAS SUSTENTABILIDADE

Quanto vale o capital natural de um país?

Ao ser tratada como um bem livre e ilimitado, a natureza tem sido continuamente degradada sem se conhecer o valor dessa perda. De braço dado com o PIB, o novo Sistema de Contabilidade Económica Ambiental vai mostrar a riqueza integral de um país, não deixando mais a natureza de fora. Depois, é fazer contas.

SÓNIA SANTOS DIAS

Em março de 2021, a Organização das Nações Unidas (ONU) deu um passo decisivo no sentido de valorizar o capital natural existente no mundo: adotou uma nova forma de medir índices sobre economia e ambiente. “Um passo histórico e transformador na forma como vemos e valorizamos a natureza”, descreveu na altura António Guterres, secretário-geral da ONU.

Com este novo parâmetro, denominado Sistema de Contabilidade Económica – Contabilidade do Ecossistema (SEEA EA, sigla em inglês), pretende-se assegurar o reconhecimento do capital natural, como florestas, rios, oceanos, desertos, pantanais e outros ecossistemas, como valor económico de um país, fazendo assim “concorrência” ao tradicional PIB, que tem servido para medir a riqueza nas últimas décadas. Com isto, já não será possível contabilizar uma determinada

destruição ambiental como progresso económico, além de que o novo quadro ajudará a reformular decisões e políticas para o desenvolvimento sustentável dos países. Os novos parâmetros deverão estar em cima da mesa para a tomada de decisões na Conferência Internacional sobre Mudança Climática, COP-26, a ter lugar em Glasgow, na Escócia, em novembro deste ano.

Quanto vale então o capital natural do mundo? Para além do índice contabilístico, na prática, são precisas ferramentas que façam essa contagem à volta do planeta. Nada que, em pleno século XXI, a tecnologia não resolva. Uma dessas ferramentas foi lançada pela ONU em abril deste ano, no seguimento do novo SEEA EA, e é sustentada em inteligência artificial. A nova ferramenta digital de código aberto permite, pela primeira vez, uma contabilidade de ecossistemas rápida, padronizada e personalizável em qualquer lugar da Terra, segundo informa a ONU.

“O ARIES para SEEA Explorer representa uma mudança de jogo para os governos que desejam implementar o padrão SEEA EA recentemente adotado”, enfatizou Stefan Schweinfest, diretor da Di-



visão de Estatística da ONU. “Esta aplicação permite que os países deem início à compilação de contas a partir de fontes de dados globais, que eles podem refinar com dados nacionais.” As contas sobre o ecossistema produzidas pelos países rastrearão a extensão, condição e serviços fornecidos pelos ecossistemas em forma de contas e indicadores físicos e monetários.

Recuperar um mundo naturalmente descapitalizado

Cerca de 30% das árvores de todo o mundo estão em risco de extinção, segundo a última estimativa da Botanic Gardens Conservation International, divulgada neste mês de setembro. No universo dos peixes de água doce, uma em cada três espécies também está ameaçada de extinção, de acordo com o relatório “Peixes Esquecidos do Mundo”, publicado em fevereiro deste ano por 16 organizações internacionais de conservação. Apenas dois exemplos das grandes perdas de capital natural que estão a ocorrer em todo o planeta a uma velocidade estonteante. Por isso, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2021-2030 como a Década para a Recuperação dos Ecossistemas.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA), a degradação dos ecossistemas marinhos e terrestres afeta de modo relevante o bem-estar de 3,3 mil milhões de pessoas em todo o mundo, e tem associado um custo anual de cerca de 10% do produto bruto do planeta em termos de perda de es-

pécies e de serviços dos ecossistemas essenciais para a alimentação, agricultura, gestão de água, etc. A emergência de ações de restauro é, portanto, global. Assim, a nível planetário, perspectiva-se a recuperação de 350 milhões de hectares de ecossistemas e solos degradados até 2030, o que poderá gerar 9 trilhões de dólares em serviços dos ecossistemas, incluindo a dissipação de 13 a 26 gigatoneladas de gases com efeito de estufa.

No espaço europeu, o Pacto Ecológico Europeu põe a preservação e a recuperação do capital natural no centro da agenda política europeia e destaca a urgência da transição para um novo paradigma de desenvolvimento. A Estratégia de Biodiversidade para 2030, parte integrante do pacto, é o braço que assume os compromissos e ações específicas para recuperar a biodiversidade do espaço europeu até 2030. Por exemplo, alargar as zonas Natura 2000 atuais, bem como restaurar os ecossistemas degradados e geri-los de forma sustentável. No âmbito deste plano, a Comissão propôs objetivos de restauração da natureza vinculativos até ao final de 2021. ■



Um passo histórico e transformador na forma como vemos e valorizamos a natureza.

ANTÓNIO GUTERRES,
secretário-geral da ONU



35 mil espécies de animais e plantas: este é o capital natural de Portugal

Portugal é um país rico em património natural, terrestre e marinho. Por cá, na senda dos objetivos europeus, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 é a matriz que pretende preservar e recuperar o capital natural do país.

Portugal é um país rico em biodiversidade. Segundo dados da União Internacional da Conservação da Natureza (IUCN, sigla em inglês), em Portugal, encontram-se 35.000 espécies de animais e plantas, ou seja, 22% da totalidade de espécies descritas na Europa e 2% das espécies identificadas no mundo, o que dá bem a ideia da variedade existente. Em termos comparativos, segundo a IUCN, Espanha possui uma área cinco vezes maior do que Portugal continental e apresenta 54% das espécies da Europa e 5% do mundo. Acrescenta-se aos ativos portugueses todo o património terrestre e marinho, nas suas múltiplas expressões, que acolhe toda a fauna, flora e outras formas de vida identificadas.

No que toca à preservação do capital natural, o país tem cerca de 22% da sua área territorial terrestre integrada na Rede Natura 2000, ocupando o 10º lugar em toda a União Europeia (UE). Possui 18% do território continental classificado como Sítio de Importância Comunitária e cerca de 9% do território continental delimitado como Zona de Proteção Especial. A este valor acrescem as

áreas marinhas de especial valor para a conservação da natureza. Apresenta ainda 320 geossítios identificados com valor científico de relevância nacional e internacional, bem como quatro Geoparques Mundiais da UNESCO, revelando também a sua riqueza em termos de património geológico.

Estes são números que atestam a riqueza natural do país. Porém, tal como no resto do mundo, também o capital natural de Portugal se tem vindo a degradar e a biodiversidade do país está em risco continuado de deterioração, caso não seja mais protegida. A título de exemplo, segundo a ANP|WWF, Portugal está em 3.º lugar no ranking dos países europeus que mais capturam tubarão e raia, quando cerca de metade destas espécies está ameaçada. Segundo o relatório “Tubarões e Raias: Guardiões do oceano em crise”, a sobrepesca e uma proteção inadequada estão a ameaçar as 117 espécies de tubarões, raias e quimeras (peixes cartilaginíneos) existentes no mar português, apesar de estas espécies serem elementos essenciais à saúde e bem-estar do oceano.

Outro dado preocupante é o facto de o país ter esgotado os re-



O lince-ibérico é considerado o felino mais ameaçado do mundo e o único considerado criticamente em Perigo pela União Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN.

ursos ambientais disponíveis para 2021 no passado mês de maio, segundo contas da associação ambientalista Zero, em parceria com a Global Footprint Network, o que significa que estamos a viver de crédito ambiental futuro durante mais de metade do ano.

Referir também que, nos habitats de floresta da Rede Natura 2000, mais de 60% apresentam um grau inadequado de conservação, de acordo com dados da Agência Portuguesa do Ambiente, o que tem um efeito negativo em termos de perda de valores naturais e de biodiversidade.

Uma estratégia nacional até 2030

Precisamos, pois, de preservar a biodiversidade e restaurar a que foi danificada, sendo a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 30) a matriz portuguesa desenhada para gerir e potenciar o capital natural de Portugal até ao final da presente década.

A Estratégia tem por objetivos melhorar o estado de conservação do património natural e promover o reconhecimento do seu valor pela economia e pela sociedade para o desenvolvimento do país.

Para isso, baseia-se em três pilares: melhorar o estado de conservação do património natural; promover o reconhecimento do valor do património natural; e fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade.

“Com esta ambição, a ENCNB 2030 sistematiza objetivos ordenados por prioridades a prosseguir até 2030, que se desdobram num conjunto de medidas de concretização, para as quais se definem indicadores, prioridades, prazos, meios de verificação, instrumentos e responsabilidades, num quadro de atuação em que o despovoamento dos territórios surge como importante ameaça à biodiversidade, a par da alteração dos sistemas naturais, exacerbada pelas alterações climáticas e pela proliferação de espécies exóticas invasoras. Identificam-se, ainda, as linhas de financiamento existentes e o modelo de financiamento da ENCNB 2030, baseado num plano geral de mobilização de investimento e despesa, que consiste no Plano de Ação para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade XXI”, sistematiza o documento da estratégia portuguesa. ■

22%
da área territorial terrestre de Portugal integrada na Rede Natura 2000.

10º
lugar na União Europeia na preservação do capital.

“O capital natural de Portugal é um dos seus maiores ativos patrimoniais”

Situado entre duas regiões biogeográficas e com uma extensão marinha 18 vezes superior à terrestre, Portugal é um dos países com maiores níveis de biodiversidade da União Europeia. Mas o seu capital natural está seriamente ameaçado e o Governo promete pôr o património natural no topo da agenda política nacional.

Portugal é um país pequeno no contexto mundial, mas que se estende pelo Atlântico. Na realidade, é mais mar do que terra, pois possui uma jurisdição sobre uma extensão marinha que é 18 vezes superior à sua área terrestre. Acresce que o país está situado no extremo sudoeste da Europa, numa área de transição entre duas regiões biogeográficas, o Atlântico e o Mediterrâneo. Já os arquipélagos dos Açores e da Madeira estão localizados na região da Macaronésia. Tudo isto contribui para a elevada biodiversidade do país.

“Quando comparado com outros países europeus, o país engloba uma grande diversidade de paisagens, de património geológico e de biodiversidade. Deste modo, Portugal é mesmo um dos países com maiores níveis de biodiversidade da União Europeia. Em Portugal, encontram representação 35 mil espécies de animais e plantas, ou seja, 22% da totalidade das espécies descritas e 2% do mundo, o que dá bem a ideia da variabilidade existente”, começou por salientar João Lopes Catarino, secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, na abertura institucional do debate “Preservação do Capital Natural – Preservar a Biodiversidade”, que teve lugar a 23 de setembro, naquele que foi o segundo ciclo de talks sobre sustentabilidade organizado pelo Jornal de Negócios.

Assim, este manancial complexo de biodiversidade que Portugal possui suporta um conjunto de serviços dos ecossistemas reais e potenciais, que no seu conjunto agregam o capital na-

tural do país. Deste modo, “é inevitável concluirmos que o capital natural de Portugal é um dos seus maiores ativos patrimoniais”, acrescentou.

Estima-se que a biodiversidade seja direta ou indiretamente responsável por serviços de ecossistemas estimados em cerca de 50% do PIB mundial. Porém, a biodiversidade como base da atividade económica ainda não é reconhecida. “Em Portugal, os serviços prestados pelos ecossistemas estão ainda insuficientemente reconhecidos, avaliados e até contabilizados. O caminho a fazer é através da cor-



O ano de 2022 será dedicado à natureza, pretendendo-se pôr o tema do património natural no topo da agenda política nacional.

JOÃO LOPES CATARINO, secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território



Parque nacional da Peneda-Gerês

reta valorização dos serviços de ecossistemas, proporcionados pela biodiversidade e consequente remuneração dos agentes económicos que os reproduzem. O facto de não se medir no PIB o capital natural ajuda a explicar porque não é suficientemente valorizado por alguns setores da economia”, acrescentou João Catarino.

Ameaças à biodiversidade em Portugal

Em 2019, a Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas advertiu que a perda de biodiversidade está a acelerar a um ritmo sem precedentes e que cerca de um milhão de espécies correm risco de extinção em poucas décadas.

Contudo, em Portugal crescem outras ameaças, tais como a suscetibilidade à desertificação, o risco de incêndio florestal, a intensificação de práticas não sus-

tentáveis de utilização agrícola ou florestal do território, o abandono de práticas agrícolas, silvícolas e pastoris que restauram e melhoram o estado de conservação do património natural. Neste aspeto, o secretário de Estado salientou que “as atividades humanas são parte essencial dos equilíbrios naturais existentes no nosso país, pelo que a regressão demográfica nos territórios de baixa densidade, onde por exemplo estão presentes as grandes áreas protegidas, é um relevante fator de ameaça”.

João Catarino reforçou ainda o trabalho que tem sido feito para o país ter “paisagens humanizadas”. Tendo em conta estas ameaças, “assumiu-se politicamente que só garantindo a existência de paisagens humanizadas e a presença efetiva nos territórios de elevado capital natural é que será possível melhorar o estado de conservação das espécies e dos habitats”. Tal refle-

te-se, por exemplo, em “19 projetos-piloto em áreas protegidas, sendo que o valor dedicado aos projetos-piloto e a outros investimentos em áreas protegidas perfaz um total na ordem dos 33 milhões de euros. Está a ser concretizado o modelo da cogestão nas áreas protegidas também de âmbito nacional e em 2020 lançou-se o Programa de Transformação da Paisagem, que prevê o desenvolvimento de 20 programas de reordenamento e gestão da paisagem.”

João Catarino referiu que, até à data, o investimento total em proteção da natureza é de quase 69 milhões de euros, dos quais 39 milhões são investimentos do POSEUR e quase 32 milhões são investimentos do Fundo Ambiental. E deixou um compromisso: “O ano de 2022 será dedicado à natureza, pretendendo-se pôr o tema do património natural no topo da agenda política nacional.” ■



“Apenas 13,2% dos oceanos estão em condições intactas”

No contexto de todas as formas de vida, as árvores são aquelas que mais peso de biomassa têm no planeta. Já o peso do ser humano é pequeno, porém, o seu impacto em todos os ecossistemas é avassalador.

Os últimos consensos científicos indicam que um milhão de espécies está em risco de extinção; apenas 13,2% dos oceanos estão em condições mais ou menos intactas; só 4% dos animais vivem em ambiente selvagem; e que, se a temperatura aumentar 1,5 °C, entre 70% e 90% dos corais irão desaparecer, e com eles também uma parte muito significativa da vida nos oceanos.

Foi com estes números que Maria de Jesus Fernandes, bastonária da Ordem dos Biólogos, abriu a sua participação como keynote speaker no debate “Preservação do Capital Natural – Preservar a Biodiversidade”, naquele que é o segundo ciclo de talks sobre sustentabilidade organizado pelo Jornal de Negócios.

“O problema é grave. Como podemos ultrapassar isto? Há duas soluções. Uma tem que ver com descarbonizar a economia e a outra com a reconstrução da natureza. De facto, se já não podemos preservar as condições naturais – porque já quase não as temos –, temos mesmo de avançar para projetos de renaturalização, restauro e recuperação”, referiu.

No caso de Portugal, o cenário também é muito preocupante. O Relatório Nacional de Aplicação da Diretiva Habitats indica que a conservação da maior parte das espécies, nomeadamente invertebrados, alguns grupos de peixes, mamíferos e habitats, está a deteriorar-se. “Portugal é o quarto país da Europa com mais espécies em risco de extinção. Isto também se deve ao facto de termos uma enorme biodiversidade, é verdade, mas é problemático que o risco seja já tão elevado”, referiu a bastonária.

Invasão de espécies exóticas
Quais são, então, as principais causas deste elevado risco de extinção de espécies com que nos deparamos no nosso país? Para além do impacto das alterações climáticas, segundo a bastonária, a introdução de espécies exóticas está a impactar também as condições de vida das espécies autóctones.



Temos muita legislação sobre conservação da natureza, sobre património. A Ordem dos Biólogos defende que era importante arranjar consensos nacionais e alargar as questões da biodiversidade e da conservação não apenas aos territórios classificados, mas a todo o território nacional.

MARIA DE JESUS FERNANDES,
bastonária da Ordem dos Biólogos



“A quantidade de espécies exóticas que temos no nosso país e a quantidade de espécies exóticas que têm comportamentos invasivos relativamente às espécies nativas dos habitats é de tal forma grande e agressivo que põem de facto em risco muitas das nossas espécies endémicas, principalmente as mais sensíveis. Por exemplo, a erva-das-pampas é daquelas que neste momento invadiu o país. Foi trazida por razões ornamentais e hoje cobre grandes campos com uma capacidade de explosão imensa”, explica Maria de Jesus Fernandes.

Os custos associados ao controlo das espécies invasoras “são brutais”. Os danos mundiais estimados com estas espécies totalizam 5% da economia global.

A produção da natureza

São denominados serviços de ecossistemas toda a produção feita pela natureza. Por exemplo, a polinização, colheitas agrícolas,

fornecimento de madeira, sequestro de carbono, purificação da água, captura marítima de peixes, fornecimento de água, etc.

Para a bastonária, “sem os serviços dos ecossistemas nós não conseguiríamos sobreviver na Terra. Mas não nos conseguimos aperceber da importância que esses serviços têm, inclusive a nível económico. Nos últimos anos, tem-se começado a valorizar esses serviços e existe cada vez mais na UE e nos EUA uma tendência para contabilizar, valorizar e perceber quanto é que custam os diferentes serviços, o que é que o ecossistema nos dá”.

Deste ponto de vista, Portugal ocupa uma posição mediana relativamente à Europa nos diferentes serviços prestados. Na floresta, para além dos serviços diretos referidos, há que salientar também o uso recreativo. “Em Portugal, o uso recreativo tem obviamente um valor grande”, referiu. Em 2018 e 2019, foram realiza-

das anualmente mais de 23 mil visitas guiadas a zonas classificadas.

As florestas estão entre os mais importantes recursos turísticos nacionais, por vezes associados a monumentos construídos, como a Mata Nacional do Buçaco ou o Parque da Pena. A importância dos recursos florestais e naturais portugueses está patente na Estratégia Turismo 2027, que destaca a natureza como um dos ativos diferenciadores de Portugal.

Por fim, a bastonária referiu a necessidade de criar uma Lei do Património Natural. “Temos muita legislação sobre conservação da natureza, sobre património. A Ordem dos Biólogos há uns anos que se debate com esta temática e achamos, cada vez mais, que era importante arranjar consensos nacionais e alargar as questões da biodiversidade e da conservação não apenas aos territórios classificados, mas a todo o território nacional”, finalizou. ■

É preciso valorizar o capital natural integrando-o na contabilidade dos países, municípios e empresas

Aquilo que é quantificado é traduzido em valor monetário, algo que não tem acontecido com o capital natural. Mas valorizar os serviços do ecossistema é um caminho que agora se começa a desbravar. Por outro lado, em Portugal, continua-se a apostar em projetos que danificam estes mesmos valores naturais. Temas em debate na talk “Preservação do Capital Natural – Preservar a Biodiversidade”.

A natureza está na base da economia. Estima-se que o valor do património natural corresponda a 50% do valor do PIB mundial. Valorizar estes ativos é um passo importante para estabelecer estratégias que sirvam o desenvolvimento ao mesmo tempo que se preserva a natureza, o capital natural.

O tema foi debatido na talk “Preservação do Capital Natural – Preservar a Biodiversidade”, que teve lugar a 23 de setembro, naquele que é o segundo ciclo de talks sobre sustentabilidade organizado pelo Jornal de Negócios. Contou com as boas-vindas dadas por Diana Ramos, diretora do Jornal de Negócios; com a abertura institucional de João Catarino, secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território; e com a participação como keynote speaker de Maria de Jesus Fernandes, bastonária da Ordem dos Biólogos.

O debate, moderado pelo jornalista João Ferreira, teve a participação de Francisco Ferreira, presidente da Associação Zero; Maria de Jesus Fernandes; Nuno Lacasta, presidente do conselho diretivo da Agência Portuguesa

do Ambiente; Rita Alcazar, coordenadora dos projetos de Castro Verde da LPN; Sandra Sarmento, diretora regional da Conservação da Natureza e Florestas do Norte; e Pedro Serafim, responsável de Certificação Florestal & Biodiversidade da Altri Florestal.

Para Francisco Ferreira, integrar o capital natural na contabilidade de um país, município ou empresa é incontornável: “É um passo importante. Não é um passo possível agora, mas estamos a caminhar para lá. Precisamos de metodologias, de conhecimento científico e de técnicas que permitam ter critérios claros à escala do país, de uma empresa ou de um município para se poder fazer essa contabilização. O que falta acima de tudo é métrica para quantificar muitas das variáveis e de traduzir essas variáveis monetariamente.”

Sobre o mesmo tema, o presidente da APA considera que “é difícil podermos na prática atribuir um valor monetário ao capital natural para depois em função do valor podermos determinar a sua escassez. As contas nacionais não estão preparadas para isto. Por exemplo, se eu cortar árvores numa floresta, nas

minhas contas nacionais é lucro. Mas o facto de eu perder aquele capital natural ao longo de 30 ou 40 anos, até que volte a crescer, não é tido em conta. Portanto, não estamos minimamente preparados para escalas de tempo, para podermos dar o preço certo à natureza.”

Porém, se ao mesmo tempo se tenta encontrar métricas de valorização do capital natural, por outro, para o presidente da Zero, “não tem havido uma coerência das políticas públicas numa vertente fundamental do capital natural, que se traduz no ordenamento do território. Exemplificaria com alguns temas que põem em causa, no futuro, este mesmo capital natural. Primeiro, continuamos a artificializar muito o território. Depois, temos para os próximos anos uma enorme expansão do turismo; a agricultura intensiva mesmo em áreas protegidas, como no caso do Sudoeste alentejano, é um problema grande; temos grandes projetos, como o aeroporto, junto ao estuário do Tejo, que é uma das 10 zonas húmidas mais importantes da Europa; temos barragens que estão a ser avaliadas. Portanto, continua a não haver



aqui uma devida avaliação das necessidades de preservação e valorização do capital natural.”

A representante do ICNF discordou: “Eu acho que há coerência e esforçamo-nos todos para conciliar políticas e articular projetos. Temos a Estratégia da Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030, que define claramente que temos um capital natural pelo qual devemos lutar. Além disso, temos estado a trabalhar na melhoria da conservação das espécies. Mas os desafios são imensos e temos um caminho grande pela frente. Os desafios, quer da perda de biodiversidade, quer da perda climática, quer da gestão de recursos, são imensos e obrigam a uma integração de políticas setoriais.” Sandra Sarmento referiu ainda que todas as áreas protegidas do país foram contempladas com projetos de investimento. “Já há muitos anos que não havia esta capacidade”, disse.

Compatibilizar interesses ambientais e económicos

É sabido que diversas atividades geram danos ao meio ambiente, como é o caso da agricultura ou do turismo em massa, por exem-

plo. A questão veio a debate como um equilíbrio difícil de obter, onde de um lado pesa a sobrevivência de pessoas, empresas, setores ou países e, do outro, a preservação do meio ambiente.

Nuno Lacasta destacou o facto de esta compatibilidade ser um quebra-cabeças, agravada em Portugal pelo mau ordenamento do território e porque a biodiversidade tem sido “o parente pobre da política de ambiente nos últimos 30 ou 40 anos. Na prática, pouco fizemos no país quando comparado com outras áreas. E muito menos investimos quando comparado com outras áreas da política. Por exemplo, na área do saneamento, gastámos 7 mil milhões de euros nos últimos 20 anos. Nada comparado a isto foi gasto na conservação da natureza. Só agora é que começámos a dar os primeiros passos em termos de financiamento comunitário e nacional em escala para a proteção da biodiversidade.”

No debate, foram apresentados pela coordenadora dos projetos de Castro Verde da Liga para a Proteção da Natureza alguns exemplos que juntam os diferentes interesses, nomeadamente de agricultores, caçadores

TALK “PRESERVAÇÃO DO CAPITAL NATURAL - PRESERVAR A BIODIVERSIDADE”



ou empresas, para desenvolver projetos que contribuem para a conservação da natureza ao mesmo tempo que dinamizam a economia local.

Um dos projetos mais emblemáticos tem a ver com a conservação da abetarda, a ave voadora mais pesada da Europa e a segunda do mundo. “Estas espécies emblemáticas dependem de uma agricultura extensiva, de sequeiro, que faz uma rotação entre a produção do cereal com pastagens. Tem sido possível fazer algumas ações graças ao apoio dos agricultores que fazem uma agricultura que consegue compatibilizar as práticas agrícolas com a conservação destas aves.” Porém, nos últimos cinco anos, este trabalho que estava a ser feito para recuperação das espécies está a ter um revés, diz Rita Alcazar. Isto porque “temos áreas de conservação para estas espécies da Rede Natura 2000 que foram pensadas para uma parte do seu ciclo biológico, mas na realidade estas aves necessitam, no seu ciclo anual biológico, de outras áreas para além destas. E essas áreas hoje estão a ter alterações muitíssimo acentuadas. A agricultura intensiva tem sido um dos

grandes causadores do decréscimo que estamos a observar nestas aves, porque a paisagem alentejana tem tido transformações profundas.” Assim, “corremos o risco de as nossas áreas protegidas se transformarem em ilhas de biodiversidade sem qualquer conectividade. Temos de conseguir assegurar que estas áreas de produção intensiva não são áreas extensivas de monoculturas com impactos muito significativos para a biodiversidade e criar corredores de conectividade para estas aves”, acrescentou.

Como representante de uma empresa que trabalha madeiras, Pedro Serafim destaca que a promoção da sustentabilidade da matéria-prima é vital: “Tem sido um dos nossos principais objetivos nos últimos anos. Há 16 anos que a Altri tem a sua certificação de gestão florestal garantida por standards internacionais.” Para tal, tem de cumprir critérios económicos, ambientais e sociais, refere. “São três pilares em que a empresa é avaliada de uma forma anual. A empresa tem de conseguir mostrar que a sua atividade normal, de gestão do recurso madeira, mantém ou melhora todos os outros valores, sejam os

valores sociais, pelo emprego que gera e pela proteção dos valores culturais que existem nos espaços rurais, seja na questão da biodiversidade. Para além disso, a empresa tem por objetivo duplicar, até 2030, as áreas florestais dedicadas à conservação.”

A bastonária da Ordem dos Biólogos fechou o debate recordando que todas as ações de restauro da natureza têm custos muito superiores à preservação da biodiversidade e leva muito tempo até se atingirem os objetivos. Por isso, “temos de nos focar nos habitats mais importantes e que são vitais para a vida das outras espécies”, dando como exemplo um projeto levado a cabo para salvar as pradarias marinhas da Arrábida: “As ervas marinhas que se viam muito na Arrábida são importantíssimas, porque ali são postos ovos de muitas espécies de peixes e de moluscos. Têm um papel muito importante na reprodução de outros seres vivos que são fundamentais para a biodiversidade marinha. Como desapareceram completamente da zona da Arrábida, foi feito um projeto com o objetivo de restaurar essas pradarias marinhas.” ■



NUNO LACASTA, presidente do conselho diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente



A biodiversidade tem sido o parente pobre da política de ambiente nos últimos 30 ou 40 anos.



SANDRA SARMENTO, diretora regional da Conservação da Natureza e Florestas do Norte



Os desafios, quer da perda de biodiversidade, quer da perda climática, quer da gestão de recursos, são imensos e obrigam a uma integração de políticas setoriais.



MARIA DE JESUS FERNANDES, bastonária da Ordem dos Biólogos



Temos de nos focar nos habitats mais importantes e que são vitais para a vida das outras espécies.



FRANCISCO FERREIRA, presidente da Associação Zero



O que falta acima de tudo é métrica para quantificar muitas das variáveis e traduzir essas variáveis monetariamente.



RITA ALCAZAR, coordenadora dos projetos de Castro Verde da LPN



Corremos o risco de as nossas áreas protegidas se transformarem em ilhas de biodiversidade sem qualquer conectividade.

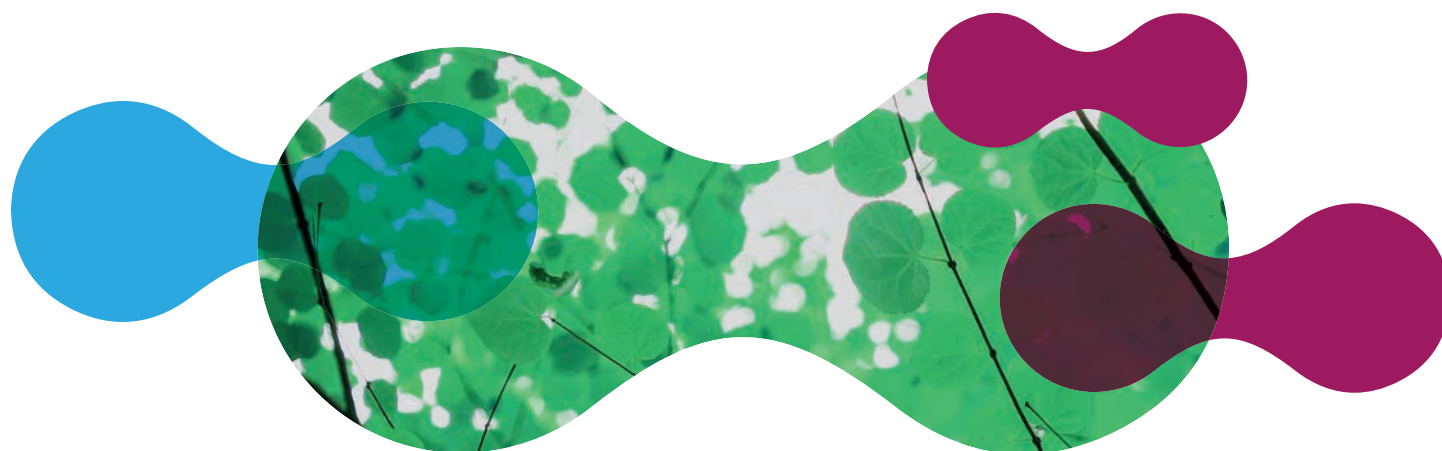


PEDRO SERAFIM, responsável de Certificação Florestal & Biodiversidade da Altri Florestal



Há 16 anos que a Altri tem a sua certificação de gestão florestal garantida por standards internacionais.

Prémio
Nacional de
Sustentabilidade
20  30
negócios



2ª Edição 

PRÉMIO NACIONAL DE SUSTENTABILIDADE

O AMANHÃ GANHA-SE HOJE

O **Jornal de Negócios** lança a 2ª edição do **Prémio Nacional de Sustentabilidade**, um projeto ambicioso a 10 anos, totalmente alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Na 1ª edição, muitas foram as empresas com atividade económica em Portugal que aceitaram o nosso desafio e participaram em grande número, com candidaturas de grande relevância e qualidade.

O nosso júri, composto por destacadas personalidades independentes e de áreas-chave da economia e académicos.

Este ano vamos prosseguir o nosso objetivo de reconhecer, inspirar, promover e divulgar o trabalho e a atuação das empresas que se juntam a esta iniciativa pela sustentabilidade global. A sua empresa/instituição desenvolveu melhores práticas de sustentabilidade de que se orgulha?

CANDIDATURAS ABERTAS

Junte-se ao clube daqueles que se distinguem nas diferentes áreas de sustentabilidade: **ambiental, financeira e social.**

Candidate-se em: www.sustentabilidade.negocios.pt/premio

Aspiramos a mudar comportamentos e a incentivar formas de viver e trabalhar mais sustentáveis.

Alto Patrocínio

COM O ALTO PATROCÍNIO
DE SUA EXCELENCIA



Organização

18 negócios
anos Tem as respostas.

Knowledge Partner

Deloitte.